



# Análise dos Recursos do Programa ABC

## **Safra 2013/2014 (até abril)**

---

Observatório do Plano ABC

RELATÓRIO 1 – ANO 2



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
PRINCIPAIS CONCLUSÕES DESTE ESTUDO	4
1. BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA ABC	5
2. ANÁLISE DO PROGRAMA ABC PARA SAFRA 2013/14	6
2.1. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA ABC NA SAFRA 2013/14	8
2.1.1. DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS CONTRATOS E VALOR CONTRATADO	8
2.1.2. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E CONTRATOS APROVADOS POR FINALIDADE DE INVESTIMENTO	13
2.1.3. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR AGENTE REPASSADOR E FONTE DOS RECURSOS	14
2.1.4. COMPARAÇÃO COM OS ANOS-SAFRA ANTERIORES	17
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18



**abc**  
observatório  
Agricultura de Baixo Carbono

## EXPEDIENTE

### PROJETO

Observatório ABC

### APOIO

Aliança pelo Clima e Uso da Terra (CLUA)\*

### ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Centro de Agronegócio (GV Agro), Escola de Economia de São Paulo (EESP)

### COORDENADOR DO GV AGRO

Roberto Rodrigues

### COORDENAÇÃO DO PROJETO

Angelo Costa Gurgel

Cecília Fagan Costa

### ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL PELO ESTUDO

Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces)

### COORDENAÇÃO DO ESTUDO

Aron Belinky

Mario Monzoni

### EQUIPE TÉCNICA DO ESTUDO

Annelise Vendramini

Fernanda Casagrande Rocha

Susian Christian Martins

\*OS RESULTADOS DESSE RELATÓRIO NÃO NECESSARIAMENTE REFLETEM A OPINIÃO DA CLUA OU DE SEUS AFILIADOS.

# INTRODUÇÃO



Plano ABC tem como objetivo fomentar no Brasil a transição da agricultura convencional para um modelo de produção que minimize as emissões de gases do efeito estufa. Serve-se, para isso, do Programa ABC, que visa dar condições para o produtor rural realizar os investimentos necessários à incorporação de alternativas tecnológicas de baixa emissão de carbono no processo produtivo. Nesse âmbito, o Observatório ABC quer engajar os diferentes setores da sociedade brasileira nessa transição, monitorando as ações do plano e do Programa ABC e desenvolvendo estudos técnicos para subsidiar e facilitar a discussão e o diálogo com a sociedade e o Governo.

Durante o primeiro ano de atividade, o Observatório ABC publicou três estudos, que foram lançados com a presença de importantes tomadores de decisão envolvidos com o Plano e o Programa ABC. Foram eles:

- 1. Estudo 1** - Agricultura de Baixa Emissão de Carbono: A Evolução de um Novo Paradigma.
- 2. Estudo 2** - A Governança do Plano ABC.
- 3. Estudo 3** - Agricultura de Baixa Emissão de Carbono: Financiando a Transição.

Este é o primeiro de uma série de quatro relatórios que compõem as atividades do segundo ano de trabalho do Observatório ABC. Estes relatórios têm como objetivo analisar quantitativa e qualitativamente o desempenho do Programa ABC – o financiamento da agricultura de baixa emissão de carbono no Brasil. Essa atividade também colabora para aumentar a transparência na disponibilidade de informações à sociedade, classificando os dados quanto ao ano-safra, ao agente repassador, à fonte de recursos utilizada, à localização (estado, município e região) e à finalidade de investimento.

Além disso, durante o segundo ano do observatório, as informações publicadas nos relatórios serão inseridas e disponibilizadas em um sistema de dados

de acesso livre, por meio do site [www.observatorioabc.com.br](http://www.observatorioabc.com.br). Este sistema permitirá ao usuário gerenciar – gerando gráficos e tabelas – os dados de desembolso dos recursos do Programa ABC por finalidade de investimento, estado e região, fonte de recursos, agente repassador e ano-safra, desde o início do programa (safra 2010/11) até o ano-safra vigente.

O processo de obtenção dos dados do Programa ABC e atualização do sistema – que, até a safra 2012/13 era difuso e descentralizado<sup>1</sup> – passou a contar com o apoio e a parceria do Banco Central (BACEN) para o fornecimento desses dados consolidados para análise a partir da safra 2013/14. Essa parceria foi possível por meio dos dados disponibilizados pelo Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR), que começou a vigorar em 2013<sup>2</sup>. Assim, a fonte dos dados deste relatório difere das fontes utilizadas para o desenvolvimento do estudo referente ao primeiro ano do Observatório ABC. Se, por um lado, isso prejudica comparações temporais, por outro, representa avanço no que tange à governança do monitoramento dos recursos do Programa ABC. As informações referentes à análise desagregada por finalidade de investimento (recuperação de pastagens, fixação biológica de nitrogênio, tratamento de dejetos, integração lavoura-pecuária e integração lavoura-pecuária-floresta, sistema de plantio direto, plantio de florestas e ambiental) são provenientes apenas de operações contratadas via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio de um convênio firmado com o Observatório ABC<sup>3</sup>.

Na próxima seção, é apresentado um breve resumo da trajetória da linha de crédito Programa ABC e seus principais resultados nos distintos anos-safra. Na seguinte, é realizada uma análise detalhada do montante desembolsado até abril da atual safra 2013/14. Por fim, são apresentadas considerações finais sobre os resultados atuais do Programa ABC.

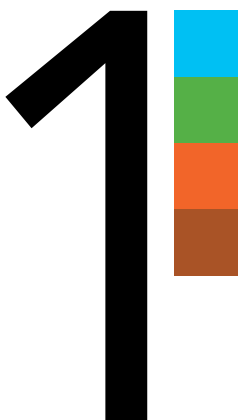
<sup>1</sup> ANTERIORMENTE, NAS SAFRAS 2011/12 E 2012/13, OS DADOS PARA AS ANÁLISES DO PROGRAMA ABC ERAM PROVENIENTES DE VÁRIAS FONTES, SENDO ELAS: BB, BNDES E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA).

<sup>2</sup> CIRCULAR 3.620, DE 21/12/2012 DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.BCB.GOV.BR/RE/NORMATIVOS/CIRC/2012/PDF/CIRC\\_3620\\_V1\\_O.PDF](http://www.bcb.gov.br/RE/NORMATIVOS/CIRC/2012/PDF/CIRC_3620_V1_O.PDF)

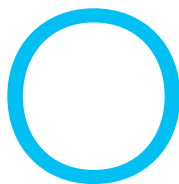
<sup>3</sup> OS DADOS DESAGREGADOS POR FINALIDADE DE INVESTIMENTO SÃO PROVENIENTES APENAS DO BNDES, POR DOIS MOTIVOS: (A) O SICOR NÃO CONTEMPLA DADOS DESAGREGADOS DAS LINHAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA VIGENTES, INCLUSIVE O PROGRAMA ABC; E (B) ATÉ A PUBLICAÇÃO DESTES RELATÓRIOS, O OBSERVATÓRIO ABC NÃO TEVE ACESSO AOS DADOS DESAGREGADOS PROVENIENTES DAS CONTRATAÇÕES PARA O PROGRAMA ABC VIA BB.

## PRINCIPAIS CONCLUSÕES DESTE ESTUDO

- Apesar de ter batido o recorde de recurso disponibilizado, com R\$ 4,5 bilhões, o Programa ABC estagrou em 2013/14. Os desembolsos, que chegaram a 88% do total em 2012/13 e vinham crescendo de forma acelerada nos anos-safras anteriores, atingiram apenas 53% em 30 de abril de 2014, a dois meses do fim do ano-safra. Em valores absolutos, foram aplicados, neste ano, R\$ 2,364 bilhões nas ações do programa, contra R\$ 2,993 bilhões em 2012/13. Isso sinaliza que o ano-safra pode fechar com uma queda na aplicação do recurso para mitigação de emissões na agropecuária.
- As possíveis razões da baixa adesão dos produtores ao Programa ABC continuam sendo a taxa de juros de 5% ao ano – que se tornou pouco atrativa em relação a outras linhas de crédito, como o PRONAMP (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural), cujos juros caíram para 4,5% – e o alto grau de exigência para a obtenção do crédito, já que o Programa ABC exige do produtor a apresentação de projeto georreferenciado da propriedade e análises de solo.
- Como nos anos anteriores, o recurso do Programa ABC segue concentrado nos estados da região Sudeste – cerca de 40% do valor desembolsado – e nos estados da Centro-Oeste; estes possuem menos contratos, mas com maior valor médio por contrato, o que tornam a região o maior destino de dinheiro do Programa ABC no ano-safra atual (quase R\$ 885 milhões, contra R\$ 801 milhões do Sudeste).
- As regiões Norte e Nordeste, apesar de prioritárias para ações de Programa ABC devido à sua vasta extensão de pastagens degradadas e à eficiência relativamente baixa de sua agropecuária, continuam sendo as que menos assinam contratos e recebem recursos do Programa ABC: tiveram, juntas, na safra 2013/14 (até abril), apenas 21% dos contratos e receberam R\$ 450,1 milhões, pouco mais da metade do que recebeu apenas a região Centro-Oeste.
- Como já diagnosticado em 2013 pelo Observatório ABC, a baixíssima participação do Norte e do Nordeste nos contratos e desembolsos do Programa ABC deve-se a problemas fundiários, falta de assistência técnica e comprometimento dos produtores da região Norte com as linhas de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e dos do Nordeste com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
- Tampouco houve avanços na colocação em funcionamento do Laboratório Virtual Multi-Institucional sobre Mudanças Climáticas e Agricultura, instituição encarregada de fazer as análises de carbono que dirão se as metas de mitigação do ABC estão sendo cumpridas.
- Há, contudo, uma boa notícia na governança do programa: o BACEN passou a monitorar mais de perto os agentes do crédito rural com a criação, em 2013, de um sistema informatizado de controle de operações, o SICOR. Em 2014, o sistema foi tornado disponível na internet, aumentando a transparência da aplicação do crédito agropecuário, que inclui o Programa ABC.
- Outra boa notícia é que dois estados importantes para a consecução da estratégia de mitigação do Programa ABC – o Pará, que tem grande extensão de pastos degradados, e o Maranhão, que tem assistido a uma forte expansão recente da agricultura – deixaram o grupo de estados que menos captam recursos do programa e passaram ao grupo dos que captam entre 1% e 2% do total.



## BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA ABC



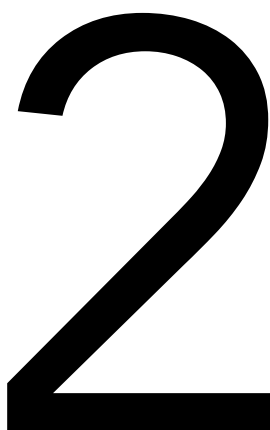
Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) integra os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009 e Decreto nº 7.390/2010) para mitigar suas emissões de gases do efeito estufa. Já o Programa ABC, instituído pela Resolução BACEN nº 3.896, de 17/08/2010, é uma linha de crédito que possibilita aos produtores rurais adequarem-se às diretrizes do Plano ABC.

Para a safra 2010/11, foi prevista a aplicação de R\$ 2 bilhões em técnicas que aumentam a eficiência no campo. E, também, a garantia de recursos a agricultores e cooperativas, com limite de financiamento de R\$ 1 milhão por beneficiário. O crédito seria financiado com taxa de juros de 5,5% ao ano e prazo de reembolso de doze anos.

Já, para a safra 2011/12, foram destinados R\$ 3,15 bilhões para o Programa ABC, com recursos do Banco do Brasil e do BNDES. Isso mostrou a disposição do governo federal de evidenciar a linha de crédito e posicionar o programa no centro da estratégia de produção agropecuária nacional. Essa motivação avançou para as safras seguintes, de 2012/13 e 2013/14, com aumento para R\$ 3,4 bilhões e R\$ 4,5 bilhões, respectivamente. Além disso, nestes períodos, ocorreu a redução da taxa de juros da linha para 5% ao ano, refletindo o esforço do Governo em estimular a demanda – que ainda não alcança a totalidade do montante alocado.

A safra 2013/14 será analisada com mais detalhes na próxima seção.





4 O PLANO AGRÍCOLA PECUÁRIO 2013/2014 DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.AGRICULTURA.GOV.BR/ARQ\\_EDITOR/FILE/ACS/PAP20132014-WEB.PDF](http://www.agricultura.gov.br/ARQ_EDITOR/FILE/ACS/PAP20132014-WEB.PDF)

## ANÁLISE DO PROGRAMA ABC PARA SAFRA 2013/14

Na safra 2013/14, foram destinados R\$ 136 bilhões para o crédito rural<sup>4</sup>, representando um crescimento de aproximadamente 15% em comparação ao ano-safra anterior. Destes recursos, R\$ 97,6 bilhões foram destinados ao financiamento de custeio e comercialização, e os restantes R\$ 38,4 bilhões foram destinados a investimentos. Para o Programa ABC, foram destinados R\$ 4,5 bilhões com juros de 5% ao ano, prazo máximo de pagamento de quinze anos e carência de seis anos na safra 2013/14.

Na tabela 1, está descrita a eficiência da aplicação dos recursos, ao comparar o total programado e o executado pelos dois bancos de maior expressão no cenário do Programa ABC, o BB e o BNDES. Na safra 2013/14, do total de recursos contratados para execução do Programa ABC (até abril de 2014), 91,5% foram de responsabilidade do BB e 8,5%, do BNDES. Devido à maior participação do BB no desembolso nas safras anteriores, estabeleceu-se que este banco teria o maior montante do recurso.

**TABELA 1** PROGRAMAÇÃO E APLICAÇÃO EFETIVA DE RECURSOS DO PROGRAMA ABC NAS SAFRAS 2010/11, 2011/12, 2012/13 E 2013/14 ATÉ ABRIL DE 2014 (EM R\$ MILHÕES)\*

PROGRAMA	2010/11		2011/12		2012/13		2013/14	
	Programado	Aplicado	Programado	Aplicado	Programado	Aplicado	Programado	Aplicado
ABC	2.000,00	418,50	3.150,00	1.526,10	3.400,00	2.993,10	4.500,00	2.364,33
BNDES		304,90	2.300,00	310,00	1.900,00	370,30	500,00	199,08
BB		113,60	850,00	1.216,10	1.500,00	2.622,80	4.000,00	2.165,26

\*DADOS SAFRAS 2010/11, 2011/12 E 2012/13 ADAPTADO DE RELATÓRIO DE MARÇO/2014 DA SPA/MAPA E SAFRA 2013/14 DADOS SICOR ATÉ ABRIL DE 2014

As causas da maior participação do BB no total de recursos destinados ao Programa ABC já foram detalhadas em 2013 no Estudo 3 do Observatório ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono: Financiando a Transição). Em linhas gerais, isso se deve, principalmente, à utilização de recursos próprios provenientes da Poupança Rural; de um programa de capacitação de agentes financeiros (em parceria com a Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil), com o apoio de cartilha que orienta os agentes sobre o financiamento para o Plano ABC; e do posterior treinamento dos principais atores envolvidos no processo de tomada do crédito (agentes financeiros, cooperativas etc.) em cada estado.

Na safra 2013/14, até final de abril último, a quantidade de recurso desembolsado ficou abaixo do esperado. Isso é atribuído, principalmente, à competição entre as linhas de crédito para programas de investimentos (tabela 2). A principal linha concorrente, nesta safra, foi o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRO-NAMP), cuja taxa de juros caiu de 5,0% para 4,5% ao ano, menor, portanto, do que a praticada pelo Programa ABC. Além disso, a complexidade burocrática para que o

produtor obtenha o crédito via Programa ABC é maior em comparação ao PRONAMP. No Programa ABC, é necessário que o produtor apresente, além da documentação usual, um projeto técnico georreferenciado e assinado por profissional habilitado, bem como comprovantes de análises de solo e da respectiva recomendação agrônômica, com teor de matéria orgânica do solo da propriedade. Também pedem-se planos de manejo agropecuário, agroflorestal ou florestal para financiamentos que englobem ILP (integração lavoura-pecuária), ILPF (integração lavoura-pecuária-floresta), recuperação de pastagens e SPD (sistema de plantio direto).

**TABELA 2** VOLUME DE RECURSOS E DO LIMITE DE CRÉDITO PARA PROGRAMAS DE INVESTIMENTO NA SAFRA 2013/14

PROGRAMA/FONTES	RECURSOS PROGRAMADOS (R\$ MILHÕES) BNDES/BB		LIMITE DE CRÉDITO/ BENEFICIÁRIO (R\$ MIL)	PRAZO MÁXIMO (ANOS)	CARÊNCIA (ANOS)	TAXA DE JUROS (% A.A)
	2012/13	2013/14				
ABC	3.400	4.500	1.000 <sup>(1)</sup>	15	6	5,0
Moderagro	950	550	800 <sup>(2)</sup>	10	3	5,5
Moderinfra	500	500	—	—	—	—
Agricultura Irrigada	—	400	1.300 <sup>(3)</sup>	12	3	3,5
Modernização e reforma de armazéns	—	150	1.300 <sup>(3)</sup>	12	3	5,5
Prodecoop	2.000	350	100.000	12	3	5,5
Procap-Agro	—	—	—	—	—	—
Capital de giro	2.400	2.550	50.000	2	6 MESES	6,5
Integralização de Quotas Partes	600	690	NÃO TEM	6	6	5,5
PCA (Prog. de Construção de Armazéns)	—	3.500	—	15	15	3,5
Moderfrota	150	160	—	4	4	5,5 E 4,5%
PSI Rural	6.000	6.000	NÃO TEM	10	10	5,5
PSI Cerealista (construção de armazéns)	—	1.000	350	15	15	3,5
Pronamp	4.000	5.160	350	12	12	4,5
Inovagro	—	1.000	1.000	10	10	3,5
ProRenova - Rural/ Industrial (sucro-álcool)	2.400 22.400	4.000 30.010	NÃO TEM —	6 —	6 —	5,5 —
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.900</b>	<b>2.876</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3,5</b>
Fundos Constitucionais	500	5.000	350	12	12	5,5
Recursos Obrigatórios (MCR 6-2)						
Outros	500	500	—	—	—	—
<b>TOTAL</b>	<b>26.300</b>	<b>38.436</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

<sup>1</sup> LIMITE PARA PLANTIO DE FLORESTAS: R\$ 3 MILHÕES POR BENEFICIÁRIO

<sup>2</sup> LIMITE PARA CRÉDITO COLETIVO: R\$ 2,4 MILHÕES

<sup>3</sup> LIMITE PARA CRÉDITO COLETIVO: R\$ 4 MILHÕES

FONTE: SPA/MAPA



## 2.1 DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA ABC NA SAFRA 2013/14

Esta seção fornece um panorama geral da execução do Programa ABC na safra 2013/14. Foram consultados e utilizados dados do BNDES, da Secretaria de Política Agrícola do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/MAPA) e do Banco Central (SICOR). O BB não disponibilizou os dados de desembolso do Programa ABC, que foram inferidos, indiretamente, por meio do SICOR.

### 2.1.1 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS CONTRATOS E DO VALOR CONTRATADO

Neste ano-safra, até abril de 2014, foram assinados 9.625 contratos para o Programa ABC, com desembolso total de R\$ 2.364.339.691,52 e valor médio dos contratos de R\$ 245.645,68 (tabela 3). Entre os projetos implantados, 3.666 estão na região Sudeste, com destaque para os estados de Minas Gerais e São Paulo; 2.405, na região Centro-Oeste, sendo 1.150 apenas em Goiás; 1.524, na região Sul, principalmente no Rio Grande do Sul e no Paraná; 1.273, na região Norte, com 682 apenas no Tocantins; e 757, na região Nordeste, sendo que 460 contratos foram aprovados apenas na Bahia.

A distribuição dos contratos do Programa ABC, em 2013/14, segue a mesma lógica dos anos-safra anteriores, com concentração no Sudeste do País: esta região representa quase 40% do total de projetos aprovados na safra 2013/14 (até abril de 2014), enquanto as regiões Norte e Nordeste juntas representam apenas 21% desse total (tabela 3). A região Centro-Oeste, segunda colocada no total de contratos, apresentou valor médio por contrato de R\$ 367,9 mil, a maior média nacional, denotando uma alta concentração dos recursos nos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás; enquanto a região Sul, terceira colocada no total de contratos, apresentou a menor média nacional, com valor médio por contrato de R\$ 149,3 mil.





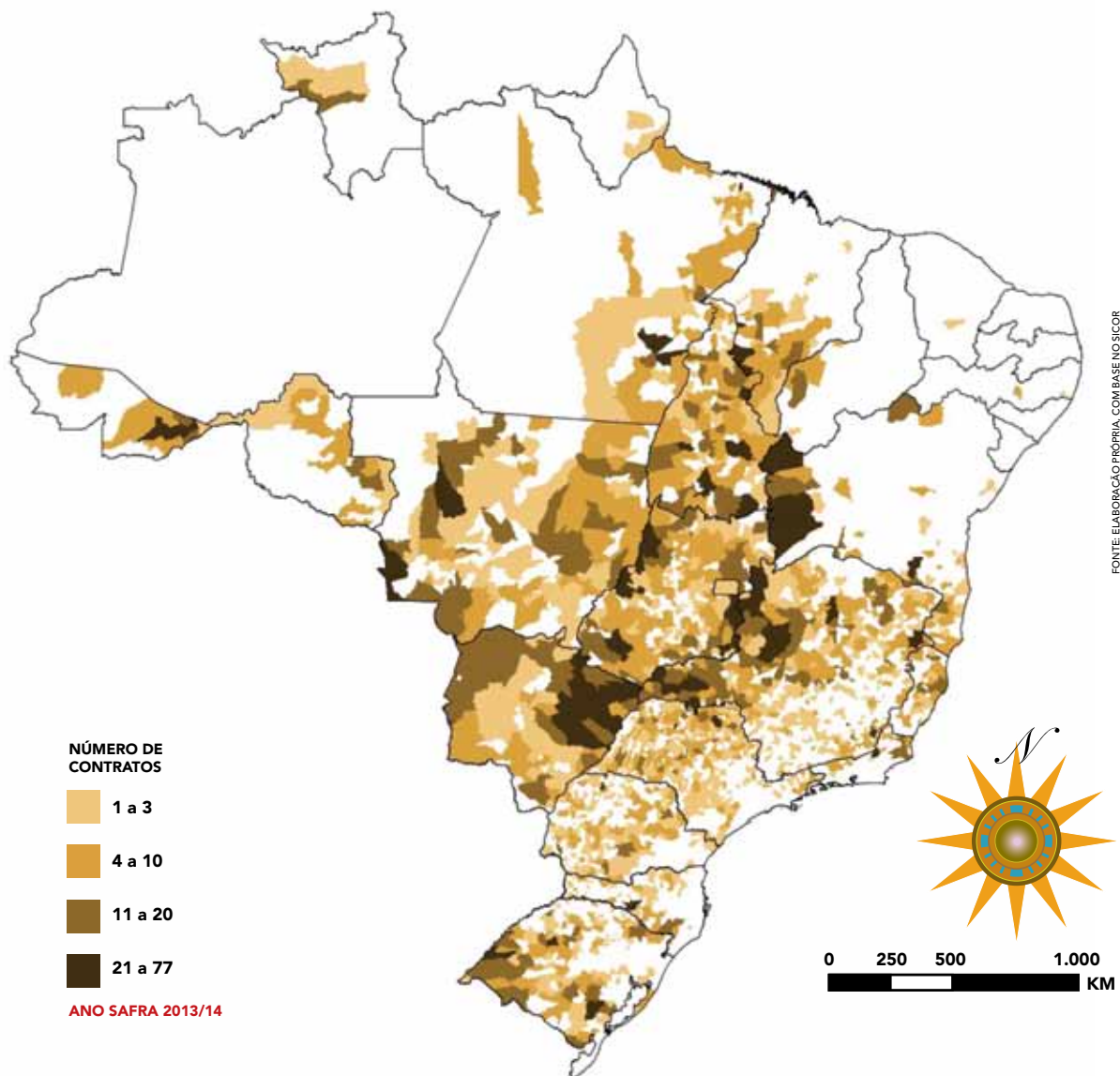
**TABELA 3** DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS DESEMBOLSOS DO PROGRAMA ABC NA SAFRA 2013/14 (ATÉ 30/4/2014)

REGIÃO	Nº DE CONTRATOS	DESEMBOLSO	VALOR MÉDIO DOS CONTRATOS
<b>SUDESTE</b>	<b>3.666</b>	<b>R\$ 801.646.772,08</b>	<b>R\$ 218.670,70</b>
MG	1.953	R\$ 421.895.930,98	R\$ 216.024,54
SP	1.437	R\$ 337.530.816,07	R\$ 234.885,75
ES	175	R\$ 30.568.802,79	R\$ 174.678,87
RJ	101	R\$ 11.651.222,24	R\$ 115.358,64
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>2.405</b>	<b>R\$ 884.945.003,48</b>	<b>R\$ 367.960,50</b>
GO	1.150	R\$ 348.667.938,98	R\$ 303.189,51
MS	686	R\$ 325.966.274,29	R\$ 475.169,50
MT	566	R\$ 209.954.658,83	R\$ 370.944,63
DF	3	R\$ 356.131,38	R\$ 108.710,46
<b>SUL</b>	<b>1.524</b>	<b>R\$ 227.601.086,20</b>	<b>R\$ 149.344,54</b>
RS	659	R\$ 105.810.374,84	R\$ 160.562,03
PR	608	R\$ 99.169.135,78	R\$ 163.107,13
SC	257	R\$ 22.621.575,58	R\$ 88.021,69
<b>NORTE</b>	<b>1.273</b>	<b>R\$ 241.421.294,82</b>	<b>R\$ 189.647,52</b>
TO	682	R\$ 135.220.435,31	R\$ 198.270,43
PA	295	R\$ 63.570.474,28	R\$ 215.493,13
RO	136	R\$ 25.641.270,24	R\$ 188.538,75
AC	134	R\$ 11.902.654,09	R\$ 88.825,78
RR	17	R\$ 3.567.037,49	R\$ 209.825,73
AP	9	R\$ 1.519.423,41	R\$ 168.824,82
<b>NORDESTE</b>	<b>757</b>	<b>R\$ 208.725.534,94</b>	<b>R\$ 275.727,26</b>
BA	460	R\$ 143.161.604,93	R\$ 311.220,88
MA	242	R\$ 46.067.624,17	R\$ 190.362,08
PI	47	R\$ 18.663.730,84	R\$ 397.100,66
PE	7	R\$ 646.680,00	R\$ 92.382,86
CE	1	R\$ 185.895,00	R\$ 185.895,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.625</b>	<b>R\$ 2.364.339.691,52</b>	<b>R\$ 245.645,68</b>

FONTE: SICOR

A distribuição regional do número de contratos aprovados na safra 2013/2014 (até abril de 2014) pode ser visualizada na Figura 1. Nota-se uma alta concentração de contratos aprovados no oeste de GO, MG, MT e BA; e no norte do MS. Nessa figura também fica evidente a baixíssima participação dos estados das regiões Norte e Nordeste. Importante salientar também a ausência de contratos para o Programa ABC na safra 2013/2014 até abril de 2014 nos seguintes estados: AM, AL, RN, SE e PB.

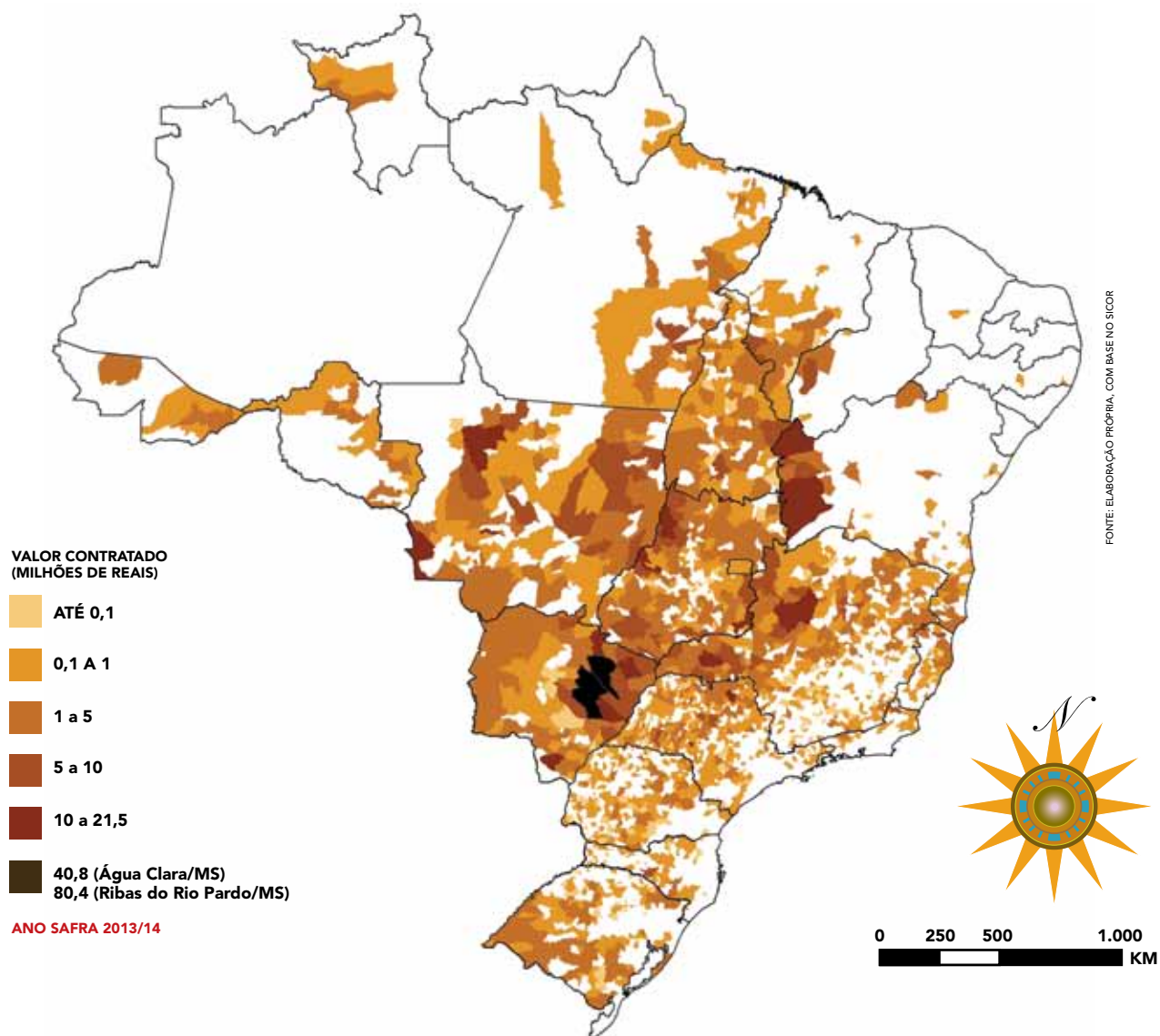
**FIGURA 1** DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO DE CONTRATOS APROVADOS POR MUNICÍPIO PARA O PROGRAMA ABC NA SAFRA 2013/14 (ATÉ ABRIL DE 2014)



A distribuição regional do valor contratado na safra 2013/14 (até abril de 2014) pode ser visualizada na figura 2. No leste do Mato Grosso do Sul, há dois municípios que se destacam: Água Clara, com mais de R\$ 40 milhões em contratos, e Ribas do Rio Pardo, R\$ 98 milhões, sendo apenas um contrato no montante de R\$ 80,4 milhões. Oeste de Minas Gerais, Bahia, Goiás e centro-oeste do Mato Grosso concentraram uma parcela alta dos recursos desembolsados, com a soma de contratos variando de R\$ 5 a R\$ 21 milhões. Novamente, fica evidente a baixíssima participação dos estados das regiões Norte e Nordeste no montante desembolsado para o Programa ABC.

Um dos motivos seria o comprometimento dos produtores dessas regiões com outras fontes de recurso para as práticas agropecuárias, como os Fundos Constitucionais do Norte e Nordeste e a linha de crédito do Pronaf.

**FIGURA 2** DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VALOR DESEMBOLSADO PARA O PROGRAMA ABC NA SAFRA 2013/14 (ATÉ ABRIL DE 2014)

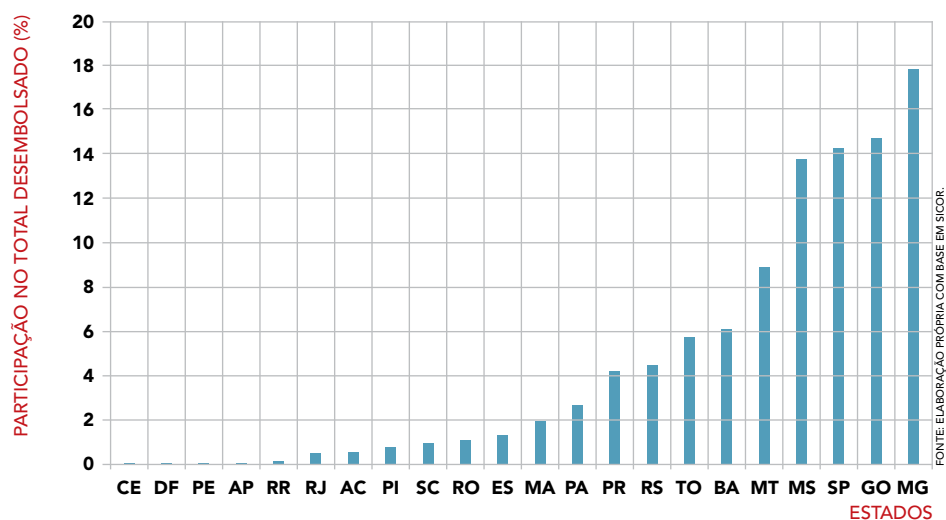


O quadro de distribuição regional dos recursos do Programa ABC também reflete o comportamento observado nas safras passadas, uma vez que grande parte da verba não foi alocada em áreas prioritárias para a recuperação de pastos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, que possuem grande extensão de pastagens degradadas<sup>5</sup>. Grande parte dos recursos foi destinada a municípios da região Centro-Oeste, onde está o maior efetivo bovino do País (34,4% do total) e com áreas consideráveis de pastos degradados em alguns dos municípios que obtiveram recursos.

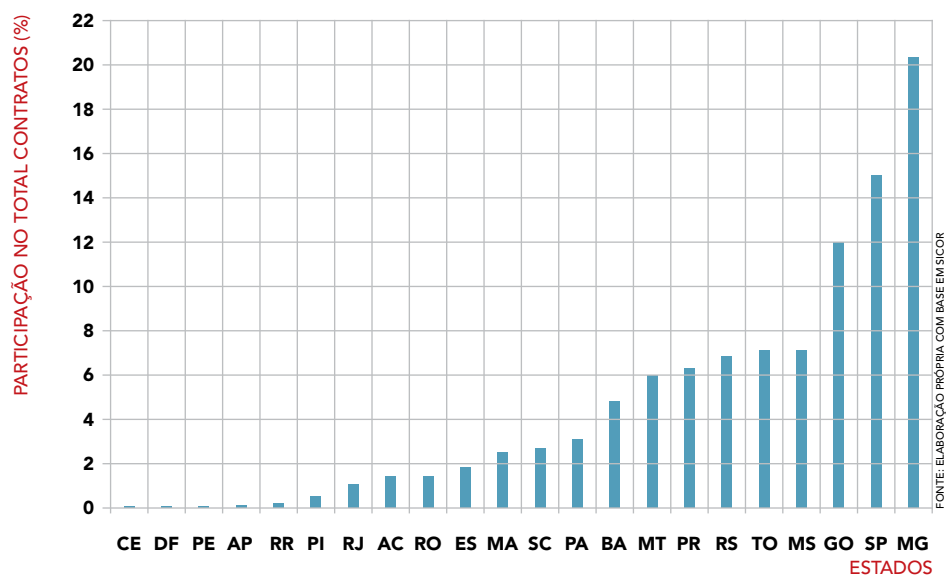
<sup>5</sup> ENTENDE-SE COMO DEGRADADA A PASTAGEM QUE CONTÉM MENOS DE 0,7 UA (UNIDADE ANIMAL). UMA UA É UMA MEDIDA PADRÃO EQUIVALENTE A UM ANIMAL DE 450 KG EM 1 HECTARE.

Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Mato Grosso do Sul foram os protagonistas, com percentual de participação de 17,80%, 14,75%, 14,28% e 13,79%, respectivamente. Os estados do Norte e do Nordeste, principalmente Ceará, Pernambuco, Amazonas, Roraima, mais o Distrito Federal, tiveram a participação mais baixa nesta safra até abril de 2014 (figura 3). Com relação aos contratos aprovados, o quadro é semelhante: Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul apresentaram mais participação, em ordem decrescente; e Ceará, Pernambuco, Amazonas, Roraima e Distrito Federal, menos participação (figura 4).

**FIGURA 3** PORCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO DE CADA ESTADO NO TOTAL DE RECURSOS DESEMBOLSADOS PARA O PROGRAMA ABC NA SAFRA 2013/14 (ATÉ 30/4/2014)



**FIGURA 4** PORCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO DE CADA ESTADO NOS CONTRATOS APROVADOS PARA O PROGRAMA ABC NA SAFRA 2013/14 (ATÉ 30/04/2014)



A baixa participação das regiões Norte e Nordeste no panorama nacional de contratações do Programa ABC é reflexo de escassez de assistência técnica, graves problemas fundiários – principalmente nos estados do Norte –, comprometimento de grande parte dos produtores do Norte com o FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) e comprometimento dos produtores do Nordeste com o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Isso reforça a necessidade de maior participação dos principais atores envolvidos do Plano e Programa ABC da região Nordeste, bem como uma maior aproximação do MAPA, por meio da Embrapa e da recém-criada Anater (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), em relação aos estados do Nordeste para ampliar a capacitação técnica.

### **2.1.2 DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E CONTRATOS APROVADOS POR FINALIDADE DE INVESTIMENTO**

Para a análise dos recursos e dos contratos aprovados por ação do Programa ABC na safra 2013/14, foram utilizados somente os dados disponibilizados pelo BNDES, que representam 8,5% do total desembolsado para o programa, desagregados por finalidade de investimento. Como relatado anteriormente, o SICOR não contempla subprogramas das linhas de crédito agrícola e, portanto, não estão disponíveis os dados desagregados por finalidade de investimento nesse sistema do BACEN. Até a publicação deste relatório, o Observatório ABC não havia recebido do BB os dados desagregados referentes aos desembolsos do Programa ABC na safra vigente.

No BNDES, a ação recuperação de pastagens (Programa ABC Recuperação) lidera a lista de práticas agropecuárias financiadas, com 72,4% do total do valor desembolsado na safra 2013/14 (até abril de 2014), principalmente no Centro-Sul (Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul) e no estado de Tocantins (tabela 4). Neste mesmo período, o sistema de plantio direto (SPD) correspondeu a 13,5% do total desembolsado, principalmente no Rio Grande do Sul; o plantio de florestas, a 6,2%, concentrados, em ordem decrescente, em Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul; e o tratamento de dejetos animais, a 0,3%, em Santa Catarina e Minas Gerais.

O Programa ABC Ambiental, que financia práticas como recuperação de áreas degradadas e de áreas de preservação permanente (que não fazem parte do escopo do Plano ABC), correspondeu a apenas 0,1% do total desembolsado. Desta forma, ele não compromete muito a alocação de recursos do Plano ABC, cujo objetivo é ajudar a cumprir as metas voluntárias de redução de gases do efeito estufa (GEE), anunciadas pelo governo brasileiro na Conferência do Clima de Copenhague, em 2009.

Mesmo representando a menor parte do montante do Programa ABC, os dados desagregados do BNDES refletem a tendência global de desempenho do programa. Tal desempenho é semelhante ao observado na safra passada em relação à distribuição regional dos recursos desembolsados para o Programa ABC, com a recuperação de pastagens chegando a mais de 70% do total. A baixa adesão nas regiões Norte

e Nordeste às técnicas do Programa ABC repete-se, assim como as causas: escassez de assistência técnica e graves problemas fundiários nos estados do Norte.

**TABELA 4** VALOR DESEMBOLSADO PARA CADA FINALIDADE DE INVESTIMENTO DO PROGRAMA ABC EM CADA ESTADO PELO BNDES NA SAFRA 2013/14 (ATÉ MARÇO DE 2014)

ESTADOS	ABC Ambiental	ABC Florestas	ABC Integração	ABC Plantio Direto	ABC Recuperação	ABC Trat. de Dejetos	TOTAL
BA				R\$ 500.000			R\$ 500.000
ES		R\$ 780.016		R\$ 309.346			R\$ 1.089.362
GO		R\$ 267.135	R\$ 1.543.634	R\$ 51.389.824			R\$ 53.200.593
MG		R\$ 3.817.551	R\$ 64.641	R\$ 2.133.160	R\$ 15.109.102	R\$ 41.523	R\$ 21.165.977
MS					R\$ 10.180.235		R\$ 10.180.235
MT					R\$ 1.275.000		R\$ 1.275.000
PA					R\$ 7.679.960		R\$ 7.679.960
PI				R\$ 3.600.000			R\$ 3.600.000
PR		R\$ 2.721.254	R\$ 1.857.330	R\$ 1,155,000	R\$ 3.150,685		R\$ 8.884.269
RJ					R\$ 129.685		R\$ 129.685
RO					R\$ 600.000		R\$ 600.000
RS		R\$ 1.379.483	R\$ 9.739.471	R\$ 8.477.999	R\$ 4.772.711		R\$ 24.369.664
SC				R\$ 1.967.493	R\$ 272.985	R\$ 356.480	R\$ 2.596.958
SP	R\$ 132.000	R\$ 363.206		R\$ 450.000	R\$ 2.555.870		R\$ 3.501.076
TO				R\$ 1.126.174	R\$ 11.879.353		R\$ 13.005.527
<b>Total</b>	<b>R\$ 132.000</b>	<b>R\$ 9.328.645</b>	<b>R\$ 11.661.442</b>	<b>R\$ 20.453.460</b>	<b>R\$ 109.804.756</b>	<b>R\$ 398.003</b>	<b>R\$ 151.778.306</b>

IMPORTANTE RESSALTAR QUE: i) NA SAFRA 2013/14, ATÉ MARÇO DE 2014, NÃO FORAM CONTRATADAS OPERAÇÕES DO PROGRAMA ABC PARA FIXAÇÃO BIOLÓGICA DE NITROGÊNIO VIA BNDES; ii) OS DADOS UTILIZADOS PARA A ELABORAÇÃO DESTA TABELA SÃO PROVENIENTES DO BNDES E TEM COMO DATA-BASE MARÇO DE 2014. POR ESTA RAZÃO, O VALOR TOTAL É DIFERENTE DO VALOR APRESENTADO NA TABELA 1  
 FONTE: BNDES

### 2.1.3 DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR AGENTE REPASSADOR E FONTE DOS RECURSOS

Para esta análise, foram utilizados os dados provenientes do BACEN, por meio do SICOR. Os agentes repassadores e suas respectivas fontes de recurso do Programa ABC na safra 2013/14, bem como seus montantes desembolsados, são detalhados na tabela 5. Até abril de 2014, foram repassados R\$ 2.364.339.691,52

O principal agente, mais uma vez, como esperado, foi o BB, com R\$ 2.165.261.468,55 (91,5% do total desembolsado - incluindo o montante de R\$ 780.794,01 referente ao FCO do Banco de Brasília S.A.), sendo que, deste montante, 87,6% são provenientes da Poupança Rural; 12,3%, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); 0,05%, do Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD); e 0,05% oriundo do BNDES. Dentre os bancos privados, destaca-se o Bradesco, com participação de 4,9% no total desembolsado com recursos do BNDES (tabela 5).

**TABELA 5** AGENTE REPASSADOR, FONTE DE RECURSO E TOTAL DESEMBOLSADO PARA O PROGRAMA ABC NA SAFRA 2013/14 (ATÉ ABRIL DE 2014)

AGENTE REPASSADOR	FONTE DE RECURSO	TOTAL (EM REAIS)
BADESUL DESENVOLVIMENTO AF/RS	BNDES	18.586.744,69
BANCOOB	BNDES	13.309.765,72
BANCO BRADESCO S.A.	BNDES	115.291.060,00
BANCO DES. DE MG S.A.	BNDES	895.924,60
BANCO DO BRASIL S.A.	BNDES	1.264.307,03
BANCO DO BRASIL S.A.	FCO	265.587.967,38
BANCO DO BRASIL S.A.	IHCD	1.125.291,73
BANCO DO BRASIL S.A.	Poupança Rural	1.896.503.108,40
BANCO DO EST. DO RS S.A.	BNDES	6.826.964,65
BANCO RABOBANK INTL BRASIL S.A.	BNDES	10.267.135,35
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	BNDES	9.720.509,41
BANCO VOTORANTIM S.A.	BNDES	2.287.900,00
BD REGIONAL DO EXTREMO SUL	BNDES	15.840.407,90
BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.	BNDES	5.206.604,79
BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.	FCO	780.794,01
ITAÚ UNIBANCO BM S.A.	BNDES	845.205,86

FONTE: SICOR

Na figura 5, tem-se a distribuição regional das fontes de recurso do Programa ABC na safra 2013/14 (até abril de 2014). Nota-se claramente uma predominância, como era esperado, do uso da Poupança Rural via BB para as contratações do Programa ABC. Porém, na região Centro-Oeste, ocorre uma grande participação, como fonte de recurso, do FCO<sup>6</sup>. Apesar de o FCO, nesta safra, não apresentar juros tão atrativos em comparação à taxa praticada no Programa ABC, o processo de obtenção do crédito por esta fonte é menos burocrático (não é necessário a apresentação de um projeto e análise de matéria orgânica no solo) e o limite de crédito é significativamente maior do que o limite praticado pelo Programa ABC<sup>7</sup>.

O recurso do BNDES foi, principalmente, para as regiões Sul e Sudeste e o estado de Goiás.

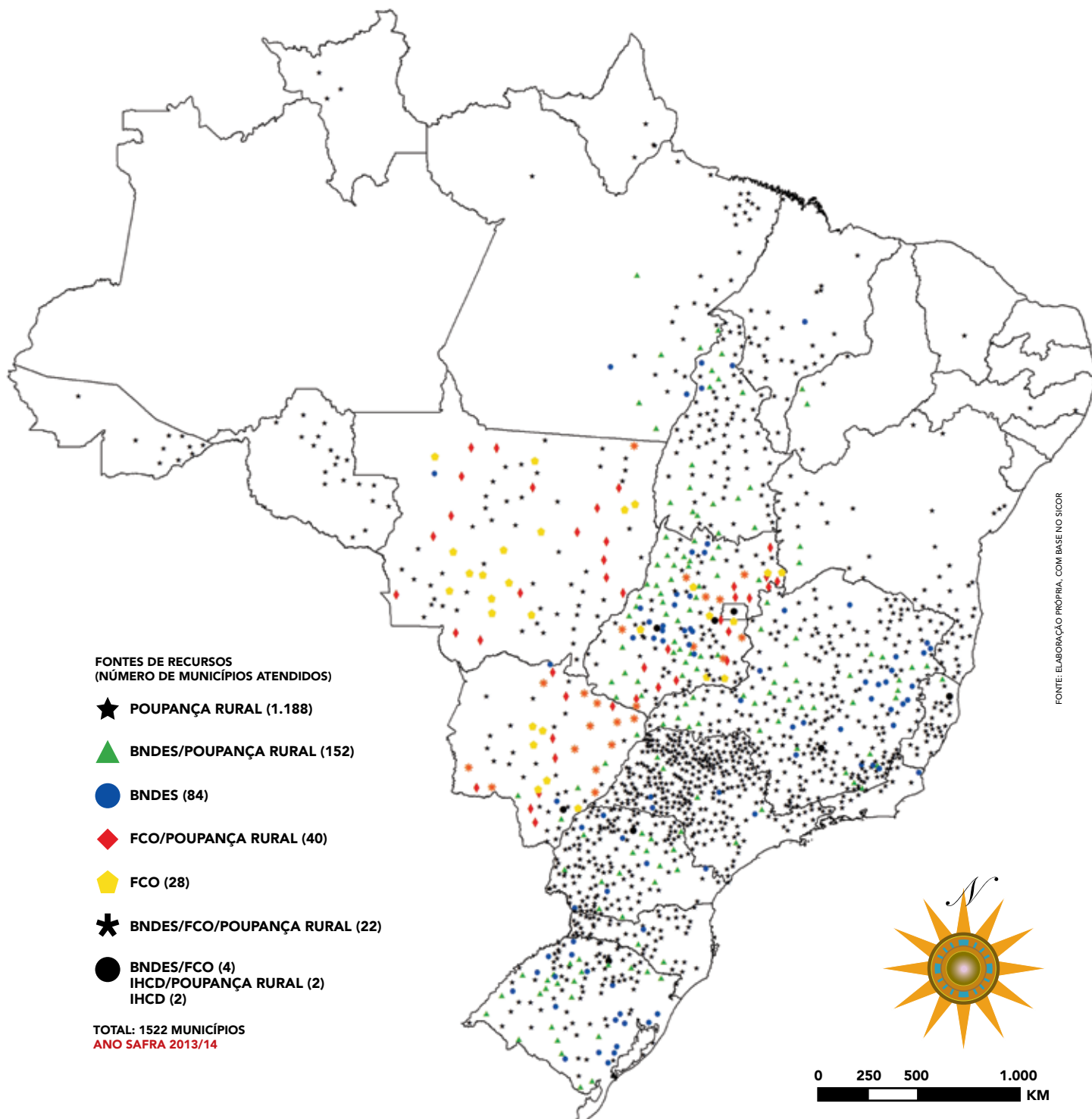
As regiões Norte e Nordeste tiveram novamente uma baixíssima participação. Os motivos já foram relatados em estudos anteriores do Observatório ABC, bem como ao longo deste relatório.

<sup>6</sup> O FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO) FOI CRIADO PELA LEI Nº 7.827, DE 27.09.1989, QUE REGULAMENTOU O ARTIGO 159, INCISO I, ALÍNEA "C", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM O OBJETIVO DE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA REGIÃO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO AOS SETORES PRODUTIVOS.

<sup>7</sup> TETO DE R\$ 20 MILHÕES POR TOMADOR COM TAXA FIXA DE JUROS ESTABELECIDADA DE ACORDO COM O PORTE DO PRODUTOR, COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO ENTRE 5% A.A. (MINIPRODUTOR) E 8,5% A.A. (GRANDE PRODUTOR); EXCETO OPERAÇÕES FLORESTAIS DESTINADAS À REGULARIZAÇÃO E À RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE RESERVA LEGAL DEGRADADAS COM 4% A.A. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SUDECO.GOV.BR/DOCUMENTS/10157/170829/ANEXO+08+-+PROGRAMA%3%A7%C3%A3O+DO+FCO+PARA+2014.PDF](http://www.sudeco.gov.br/documents/10157/170829/ANEXO+08+-+PROGRAMA%3%A7%C3%A3O+DO+FCO+PARA+2014.PDF)



**FIGURA 5** DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS FONTES DE RECURSO DO PROGRAMA ABC NA SAFRA 2013/14 (ATÉ ABRIL DE 2014)



### 2.1.4 COMPARAÇÃO COM OS ANOS-SAFRA ANTERIORES

Apesar de o montante de recurso disponibilizado ter crescido desde o lançamento do programa, em 2010/11, os desembolsos cresceram apenas até a safra 2012/13, quando atingiram 88% do disponibilizado. Na safra corrente, eles atingiram apenas 53% do montante disponível até abril de 2014, a dois meses do fim do ano-safra, que vai até o final de junho (quadro 1). O BB aumentou sua participação, saindo de 88% do financiamento, em 2012/13, para 91,5%, em 2013/14.

Nos anos-safra 2011/12 e 2012/13, os principais tomadores foram Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás. Na safra 2013/14, todos os estados do Centro-Oeste passaram a integrar o grupo dos cinco maiores tomadores de recursos do ABC, enquanto os estados do Sul deixaram de participar deste grupo. Isso revela que o programa tem recebido mais adesão no Centro-Oeste em relação ao Sul, apesar da queda no total de recursos tomados.

Os estados do Norte e do Nordeste, além de Rio de Janeiro, Espírito Santo e Distrito Federal, tiveram cada um menos de 2% de participação. O Pará, que tem uma área grande de pastagens degradadas, saiu do grupo de estados com menor expressão na captação do programa a partir de 2012/13, assim como o estado do Maranhão, onde tem havido forte expansão agropecuária nos últimos anos.

**QUADRO 1** COMPARAÇÃO ENTRE SAFRAS DE INDICADORES SELECIONADOS DO PROGRAMA ABC

	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14*
Disponibilizado	R\$ 2,00 bilhões	R\$ 3,15 bilhões	R\$ 3,40 bilhões	R\$ 4,50 bilhões
Desembolsado	R\$ 418,50 milhões	R\$ 1,53 bilhão	R\$ 3,00 bilhões	R\$ 2,40 bilhões
Desembolsado/ Disponibilizado	20%	48%	88%	53%
Banco repassador	BB (27%) BNDES (73%)	BB (80%) BNDES (20%)	BB (87%) BNDES (13%)	BB (91,5%) BNDES (8,5%)
Estados que mais captaram (% captado em relação ao total)		MG (18%) SP (16%) PR (14%) RS (12%) GO (10%)	MG (22%) SP (17%) PR (10%) RS (10%) GO (10%)	MG (18%) GO (15%) SP (14%) MS (14%) MT (9%)
Estados que captaram entre 1% e 2% do total		PA MA RO PI	RO ES AC RJ PI	ES RO AC RJ
Estados que captaram menos de 1% do total		AL AP PE CE RR RJ	AL AP PE RR DF	PI RR AP PE DF CE

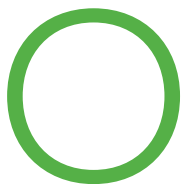
\* ATÉ 30 DE ABRIL DE 2014; O ANO-SAFRA ENCERRA-SE EM 30 DE JUNHO  
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE EM DADOS DO SICOR E DASPA/MAPA

## 3



8 DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.BCB.GOV.BR/?SICOR](http://www.bcb.gov.br/?SICOR)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



Programa ABC possui condições para impactar positivamente o agro-negócio brasileiro, tornando-o mais competitivo, resiliente às mudanças do clima e com modelos produtivos mais sustentáveis. No entanto, ainda há alguns fatores essenciais para o sucesso do programa, em termos do montante do recurso desembolsado e o objetivo final deste valor na redução de GEE na atmosfera.

Com respeito à governança do Programa ABC, pode-se notar, como importante avanço, o envolvimento do BACEN no processo de monitoramento dos recursos executados pelos agentes financeiros repassadores da linha, por meio do SICOR, que, a partir de abril de 2014, começou a contar também com o sistema SICOR-Web, em que o usuário pode consultar informações e valores de contratos referentes ao crédito rural no País, aumentando a transparência para a sociedade<sup>8</sup>. O SICOR reúne informações de todas as operações financeiras do crédito rural, inclusive do Programa ABC, e a parceria do BACEN com o Observatório ABC é um importante marco para a sociedade quanto à disponibilidade e lisura dos dados. O BNDES também contribuiu para a transparência do Programa ABC ao disponibilizar para o Observatório ABC seus dados desagregados por finalidade de investimento, os quais não estão contemplados pelo SICOR, o que permitiu uma análise mais ampla dos resultados.

Enquanto o monitoramento dos recursos financeiros avança, o acompanhamento do balanço de carbono mitigado e/ou capturado pelas técnicas produtivas financiadas pelo Programa ABC está pendente. Não houve nenhuma ação prática que coloque o Laboratório Virtual Multi-Institucional sobre Mudanças Climáticas e Agricultura em funcionamento, e ainda é necessário criar linhas de crédito especiais para aquisição de equipamentos que permitam fazer as análises de carbono no solo com o detalhamento que o Plano ABC exige. Apenas com essa estrutura é que se poderá avaliar se seus objetivos e metas estão sendo alcançados.

Como visto na análise da safra 2013/14 ao longo deste relatório, a demanda pelo recurso está aquém do esperado em comparação aos períodos anteriores. Se a taxa de juros ainda é o principal chamariz para que os produtores acessem o recurso e modifiquem seus modelos de produção, ela precisa ser atrativa o suficiente em comparação às demais linhas de investimento disponíveis, levando-se em conta, inclusive, os custos de transação envolvidos na tomada de recursos no âmbito do Programa ABC.

Em relação à distribuição dos recursos, eles estão concentrados no Centro-Sul, a despeito das regiões Norte e Nordeste também serem prioritárias, principalmente para ações de recuperação de pastagens, uma vez que possuem extensas áreas degradadas. Para equilibrar a distribuição do crédito é importante fortalecer o processo de capacitação de extensionistas rurais, produtores e analistas financeiros para estimular a demanda e evidenciar os aspectos sistêmicos atrelados aos projetos.



O Observatório ABC continuará acompanhando a evolução do crédito e as ações tomadas para que o setor agropecuário brasileiro avance no fortalecimento de um modelo de produção alinhado às políticas públicas que visam ao desenvolvimento sustentável do País. Os dados utilizados para a elaboração deste relatório podem ser acessados no site do Observatório ABC: [www.observatorioabc.com.br](http://www.observatorioabc.com.br).





[WWW.OBSERVATORIOABC.COM.BR](http://WWW.OBSERVATORIOABC.COM.BR)



Climate and  
Land Use Alliance